

O DIREITO ÀS ÁGUAS E AOS LIVROS: OS DESAFIOS DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PELA POPULAÇÃO RIBEIRINHA NO AMAZONAS

Sávio Lopes Maia

Especializado em Docência de Ensino Superior pelo programa de Pós-Graduação em Educação (UNIP) - polo de Borba-AM.¹

<https://orcid.org/0000-0002-3522-3541>

<http://lattes.cnpq.br/1942776837118037>

E-mail: heerowing61@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1-41>

RESUMO: A educação superior na região amazônica enfrenta barreiras complexas que perpassam a geografia das águas e as estruturas institucionais vigentes. Este artigo analisa as dificuldades de acesso enfrentadas pela população ribeirinha do estado do Amazonas, considerando que os modelos pedagógicos tradicionais frequentemente ignoram as singularidades culturais desses povos. O objetivo geral consiste em analisar os entraves socioeducacionais e as políticas de democratização do acesso acadêmico para as comunidades ribeirinhas amazônicas. A metodologia caracterizou-se como uma pesquisa de revisão bibliográfica, de natureza qualitativa e caráter descritivo, fundamentada em autores regionais e manuais de metodologia científica. Os resultados indicam que a ausência de um planejamento educacional que respeite a sazonalidade fluvial e a falta de valorização da identidade cultural local são os principais fatores de exclusão e evasão estudantil. Verificou-se a urgência de currículos flexíveis e políticas de permanência que reconheçam a epistemologia das águas como parte integrante do saber acadêmico. Conclui-se que o acesso efetivo ao ensino superior depende da reestruturação das políticas públicas e da superação da visão eurocêntrica para que a inclusão ribeirinha ocorra com respeito à diversidade e aos territórios tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Interiorização. Multiculturalismo. Territorialidade.

THE RIGHT TO WATER AND BOOKS: THE CHALLENGES OF ACCESS TO HIGHER EDUCATION FOR RIVERSIDE COMMUNITIES IN AMAZONAS

ABSTRACT: Higher education in the Amazon region faces complex barriers that span the geography of waterways and existing institutional structures. This article analyzes the access difficulties faced by the riverside population of the state of Amazonas, considering that traditional pedagogical models often overlook the cultural particularities of these communities. The main objective is to analyze the socio-educational obstacles and the policies for democratizing academic access for Amazonian riverside communities. The methodology consisted of a bibliographic review, of a qualitative and descriptive nature, based on regional authors and scientific methodology manuals. The results indicate that

¹ Auxiliar administrativo da Secretaria Municipal de Educação (SEMED 2021 a 2024). Técnico do Cadastro único, lotado no setor do Bolsa Família (SEMASDH 2025). Participou do projeto de mestrado Physical Literacy e Desempenho em Leitura de Crianças pelo Laboratório de Estudos em Comportamento Humano (LECOMH 2024). Atuou como estagiário no projeto O rádio na escola como Instrumento Educativo pelo Centro Educacional de Tempo Integral José Holanda Cavalcante no ano de 2019. Amplo conhecimento em História Militar, com foco na Segunda Guerra Mundial.

the lack of educational planning that respects river seasonality and the failure to value local cultural identity are the main factors contributing to exclusion and student dropout. The urgency of flexible curricula was observed and retention policies that recognize the epistemology of waters as an integral part of academic knowledge. It is concluded that effective access to higher education depends on the restructuring of public policies and the overcoming of the Eurocentric view so that riverside inclusion occurs with respect for diversity and traditional territories.

KEYWORDS: Internalization. Multiculturalism. Territoriality.

INTRODUÇÃO

A realidade educacional nas margens dos rios amazônicos é marcada por uma complexidade que desafia os modelos pedagógicos tradicionais vigentes no país. Conforme apontam Vasconcelos e Albarado (2015), a identidade cultural ribeirinha precisa ser o eixo central de qualquer prática escolar na região. Nesse sentido, de acordo com os autores *loc. cit.*, a compreensão dessa singularidade é indispensável para que o sistema de ensino superior consiga promover uma inclusão que seja verdadeiramente efetiva. Para Vasconcelos (2017) a educação básica voltada para as populações das águas no Amazonas ainda enfrenta entraves estruturais que repercutem no acesso aos níveis mais elevados de instrução acadêmica. Este mesmo autor ressalta que a análise da trajetória escolar desses sujeitos é fundamental para compreender os índices de evasão observados atualmente nas universidades.

Deste modo, o processo de ensino e aprendizagem em contextos insulares exige que os saberes culturais locais sejam integrados ao currículo oficial das instituições de ensino. De acordo com Silva (2017), as práticas escolares devem dialogar constantemente com os ecossistemas socioculturais em que os estudantes estão inseridos. Isso porque, para o autor *loc. cit.*, a valorização das experiências tradicionais contribui para o fortalecimento do vínculo do aluno com o ambiente de pesquisa acadêmica.

A constituição. Vasconcelos *et al.* (2023) afirmam que a epistemologia de grupos colaborativos no cenário educacional da Região Norte tem se mostrado uma estratégia relevante para o enfrentamento das desigualdades regionais históricas, e permite uma construção de conhecimento mais conectada com os desafios amazônicos contemporâneos. Os autores ainda destacam que a colaboração entre pesquisadores e comunidades ribeirinhas é vital para a democratização do saber acadêmico.

A dificuldade de locomoção e a sazonalidade dos rios impõem um ritmo de vida que muitas vezes colide com o calendário fixo das universidades públicas e privadas. Hage (2005) destaca que as escolas multisseriadas na Amazônia refletem a falta de adaptação do Estado às necessidades reais dos povos do campo. Como os estudantes ribeirinhos podem superar o isolamento geográfico para ingressar e permanecer no ensino superior de forma sustentável? A hipótese é que a falta de políticas de itinerância impede tal êxito.

Assim, o objetivo geral deste artigo consiste em analisar os entraves socioeducacionais e as políticas de democratização do acesso ao ensino superior para as populações ribeirinhas no estado do Amazonas. Especificamente, pretende-se identificar as características da identidade cultural desse estudante, discutir o panorama do planejamento de ensino em territórios insulares e examinar os desafios estruturais para a permanência acadêmica. Tais metas buscam fornecer uma visão ampla sobre a exclusão educacional no território.

Para o alcance dos objetivos propostos, a pesquisa caracterizou-se como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e caráter descritivo. Conforme preconizado por Gil (2002), este delineamento permitiu o levantamento de dados a partir de materiais já publicados sobre a temática educacional.

A seleção das fontes priorizou obras que tratam especificamente da Amazônia, possibilitando uma análise profunda dos conceitos teóricos sem a necessidade de coleta de dados em campo. A fundamentação metodológica seguiu as etapas de coleta, seleção e análise crítica do referencial teórico selecionado em bases de dados científicas reconhecidas nacionalmente. Segundo Lakatos e Marconi (2021), a revisão bibliográfica exige um rigoroso critério de inclusão para garantir a fidedignidade dos resultados apresentados ao final do estudo. Os dados foram analisados de forma a confrontar as teorias dos autores regionais com a realidade observada nos indicadores educacionais do estado do Amazonas (Lakatos; Marconi, 2021).

A justificativa para a realização deste estudo reside na necessidade de compreender os baixos índices de escolaridade superior entre jovens residentes em comunidades remotas. Dados oficiais do Governo Federal indicam que a desigualdade de acesso entre o campo e a cidade permanece acentuada na Região Norte brasileira.

Contudo, De Souza (2017) ressalta que a realidade socioeducacional da juventude ribeirinha demanda modelos pedagógicos que respeitem a vocação produtiva e cultural das águas. Assim, a relevância social deste trabalho manifesta-se na possibilidade de subsidiar novas discussões sobre políticas de interiorização da educação superior no estado do Amazonas. Frente ao exposto, torna-se urgente o debate sobre a descentralização dos campi universitários para atender aos polos ribeirinhos mais distantes da capital. A pesquisa contribui, deste modo, para o fortalecimento da Licenciatura em História ao resgatar as memórias e identidades que formam o mosaico social e educacional amazônico.

IDENTIDADE E REALIDADE SOCIOEDUCACIONAL: O PERFIL DO ESTUDANTE RIBEIRINHO

A constituição da identidade do estudante que habita as margens dos rios no Amazonas é atravessada por saberes tradicionais que frequentemente divergem do ensino formal. Segundo Silva (2017), os saberes culturais e as práticas escolares em territórios insulares exigem uma integração ecossocioeducativa profunda. Diante disso, Vasconcelos e Albarado (2015) afirmam que a identidade ribeirinha não pode ser ignorada pelos currículos acadêmicos, enquanto De Souza (2017) ressalta a importância da realidade socioeducacional específica dessa juventude para o sucesso escolar.

O ambiente das águas molda uma forma distinta de percepção do tempo e do espaço, influenciando diretamente a trajetória pedagógica dos sujeitos. Nesse contexto, Vasconcelos (2017) argumenta que o estudo etnográfico revela a necessidade de uma escola que respeite a singularidade amazônica. Tal perspectiva é reforçada por Hage (2005), ao discutir os retratos de realidade das escolas do campo, e por Silva (2017), que defende a valorização das experiências culturais no processo de construção do conhecimento científico.

A transição entre a educação básica e o ensino superior representa um hiato que envolve desafios geográficos e institucionais severos. De acordo com De Souza (2017), a realidade socioeducacional da juventude ribeirinha impõe limitações que dificultam o ingresso acadêmico precoce. Somado a isso, Vasconcelos e Albarado (2015) destacam

que a prática pedagógica muitas vezes desconsidera a cultura local, ao passo que Vasconcelos (2017) aponta que a organização das escolas básicas não prepara adequadamente para a vida universitária distante das comunidades.

A valorização da memória e dos saberes locais constitui uma estratégia essencial para fortalecer o vínculo do estudante com o ambiente institucional universitário. Vasconcelos (2017) observa que a etnografia escolar permite compreender os mecanismos de resistência dos povos ribeirinhos diante da hegemonia urbana. Nesse sentido, Hage (2005) critica a padronização das políticas educacionais que negligenciam a Amazônia, enquanto Silva (2017) reitera que o diálogo entre saberes tradicionais e acadêmicos é a base para uma educação inclusiva e dialógica.

A compreensão dos ecossistemas socioculturais é o ponto de partida para a reestruturação das políticas de acesso ao ensino superior na região Norte. Conforme aponta Silva (2017), a escola deve ser um espaço de diálogo entre os saberes territoriais e os conteúdos acadêmicos universais. Nesse cenário, Vasconcelos (2017) ressalta que a vivência ribeirinha possui uma lógica própria de organização, ao passo que De Souza (2017) adverte que a juventude das águas enfrenta barreiras socioeducacionais significativas para a progressão nos estudos.

As escolas multisseriadas na Amazônia representam, muitas vezes, a única via de contato formal dos ribeirinhos com a educação institucionalizada antes da universidade. Hage (2005) destaca que esse modelo educacional reflete o descaso estatal com as populações do campo e da floresta.

Complementarmente, Vasconcelos e Albarado (2015) afirmam que a identidade cultural é fragilizada por currículos distantes da realidade local, enquanto Vasconcelos (2017) identifica que a base pedagógica nessas comunidades carece de suporte para o ingresso no ensino superior.

O deslocamento geográfico atua como um fator de exclusão que impacta a permanência do estudante amazônida nos centros urbanos universitários. Para De Souza (2017), a realidade socioeducacional dessas comunidades é pautada por ciclos sazonais que nem sempre coincidem com as exigências acadêmicas. Sob essa ótica, Silva (2017) defende que as práticas escolares precisam ser adaptadas aos territórios insulares,

enquanto Hage (2005) reitera que a falta de infraestrutura de transporte impede a continuidade dos estudos para os jovens que residem em áreas remotas.

A formação de grupos colaborativos pode ser uma ferramenta de superação dos desafios impostos pela distância e pela carência de recursos pedagógicos. Vasconcelos et al. (2023) argumentam que a colaboração entre educadores favorece a criação de estratégias adaptadas ao contexto amazônico. Diante disso, Salazar e Fonseca (2021) defendem que o planejamento de ensino deve ser um espaço de decisão coletiva, ao passo que Silva (2017) sugere que a integração dos saberes comunitários fortalece a identidade do discente frente ao rigor acadêmico.

A resistência das comunidades tradicionais frente aos modelos pedagógicos urbanocêntricos revela a força da ancestralidade na manutenção dos saberes das águas. Sob a ótica de Vasconcelos (2017), o estudo etnográfico evidencia que o ambiente ribeirinho produz conhecimentos que a academia ainda falha em catalogar. Nesse contexto, a prática pedagógica precisa ser ressignificada (Vasconcelos; Albarado, 2015), pois a realidade socioeducacional da juventude exige um olhar que ultrapasse a simples transmissão de conteúdos técnicos (De Souza, 2017).

A integração entre o ensino de história e a identidade regional atua como um pilar de sustentação para o sentimento de pertença do estudante. De acordo com Quintino e Quintino (2021), o relato de experiências sobre o ensino de história do Amazonas demonstra como o currículo pode ser emancipador. Desta maneira, a identidade linguística e cultural deve ser preservada nas salas de aula (Araujo; Ali-Hokka, 2021), de modo que a educação básica ribeirinha consiga, de fato, dialogar com as raízes amazônicas (Vasconcelos, 2017).

O capitalismo e a obsolescência programada impõem desafios adicionais à formação crítica dos estudantes inseridos em territórios de exploração de recursos. Lizardo, Silva e Lobo (2021) asseveram que compreender esses processos é vital para o exercício da cidadania na região Norte. Paralelamente, o planejamento do ensino deve ser encarado como um ato político e coletivo (Salazar; Fonseca, 2021), garantindo que a pesquisa em educação na Amazônia responda aos anseios de sustentabilidade das populações locais (Vasconcelos et al., 2023).

A epistemologia produzida no contexto amazônico sugere que a ciência não deve estar apartada da vida cotidiana dos povos das águas. Na visão de Vasconcelos et al. (2023), a constituição de grupos colaborativos fortalece a produção de conhecimento autônomo na região. Entretanto, a precariedade das escolas multisseriadas ainda é um entrave severo (Hage, 2005), exigindo que os registros de representação semiótica sejam aplicados de forma a facilitar a compreensão matemática e científica pelos discentes (Da Silva; Mafra, 2023).

O currículo escolar na região amazônica deve transcender a visão eurocêntrica para abraçar a pluralidade linguística dos estudantes das águas. Segundo Araujo e Ali-Hokka (2021), a identidade linguística nas aulas de história é um fator determinante para o autorreconhecimento do discente ribeirinho. Dessa forma, a prática pedagógica precisa integrar saberes culturais (Silva, 2017), garantindo que a realidade socioeducacional da juventude seja o ponto de partida para a construção do saber acadêmico (De Souza, 2017).

A superação do modelo de ensino tradicional exige que o planejamento seja realizado de forma compartilhada entre professores e a comunidade local. Salazar e Fonseca (2021) defendem que o planejamento de ensino como espaço de decisão coletiva fortalece a gestão democrática nas escolas. Esse movimento é essencial para combater a obsolescência de práticas pedagógicas (Lizardo; Silva; Lobo, 2021), permitindo que o estudo etnográfico das águas fundamente novas bases curriculares para o ensino superior (Vasconcelos, 2017).

A construção do conhecimento matemático e científico também deve ser mediada por ferramentas que considerem a percepção semiótica do aluno amazônida. Da Silva e Mafra (2023) argumentam que a teoria dos registros de representação semiótica auxilia na compreensão de conceitos complexos em contextos regionais. Nesse sentido, a formação de grupos colaborativos potencializa a pesquisa educacional (Vasconcelos et al., 2023), mitigando os impactos negativos causados pelas deficiências estruturais das escolas multisseriadas (Hage, 2005).

A trajetória escolar do estudante ribeirinho é marcada por um processo de resistência cultural constante dentro das instituições de ensino formal. Vasconcelos e Albarado (2015) afirmam que a identidade cultural ribeirinha é frequentemente silenciada por processos educativos padronizados e descontextualizados. Por conseguinte, o ensino

de história do Amazonas deve ser valorizado (Quintino; Quintino, 2021), servindo como um instrumento de afirmação social para aqueles que buscam ingressar no ambiente universitário (Vasconcelos, 2017).

POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO CONTEXTO AMAZÔNICO

A análise das políticas públicas voltadas para o ensino superior no Amazonas revela a necessidade de uma gestão que contemple as distâncias geográficas. De acordo com Hage (2005), as ações governamentais muitas vezes ignoram as especificidades do campo e das florestas tropicais. Deste modo, a pesquisa em educação na Amazônia deve nortear as decisões estatais (Vasconcelos et al., 2023), assegurando que a realidade socioeducacional da juventude seja priorizada nos investimentos públicos (De Souza, 2017).

O planejamento educacional no estado do Amazonas deve ser estruturado de modo a garantir a inclusão efetiva das populações que vivem em territórios insulares. Salazar e Fonseca (2021) ressaltam que a decisão coletiva no planejamento escolar evita a reprodução de modelos ineficazes de gestão. Assim, as práticas escolares precisam dialogar com o território (Silva, 2017), superando as barreiras impostas pela falta de uma política de transporte e permanência estudantil (Vasconcelos, 2017).

A implementação de estratégias pedagógicas eficazes nas escolas do Amazonas depende de um financiamento público que considere o custo amazônico de deslocamento. Hage (2005) adverte que a omissão estatal no fomento às escolas rurais aprofunda as desigualdades de acesso ao conhecimento superior. Nesse contexto, a constituição de grupos colaborativos surge como alternativa para fortalecer a rede educacional (Vasconcelos et al., 2023), permitindo que o planejamento coletivo mitigue a escassez de recursos didáticos (Salazar; Fonseca, 2021).

O ensino de história regional, amparado por diretrizes da Secretaria de Educação do Amazonas (SEDUC-AM), deve ser articulado como uma política de valorização identitária. Segundo Quintino e Quintino (2021), os relatos de experiência demonstram que o currículo oficial pode ser um aliado no reconhecimento do estudante como sujeito

histórico. Assim, a identidade linguística deve ser integrada às aulas (Araujo; Ali-Hokka, 2021), reforçando a base etnográfica necessária para a compreensão da realidade das águas (Vasconcelos, 2017).

A transição das juventudes ribeirinhas para o ambiente acadêmico exige políticas de permanência que reconheçam as fragilidades socioeducacionais do campo. De Souza (2017) pontua que a realidade socioeducacional da Casa Escola da Pesca exemplifica o potencial de modelos adaptados. Contudo, a obsolescência das práticas tradicionais ainda gera exclusão (Lizardo; Silva; Lobo, 2021), demandando que a teoria dos registros de representação semiótica seja aplicada para democratizar o aprendizado científico nas comunidades (Da Silva; Mafra, 2023).

As políticas educacionais para a Amazônia precisam ser pensadas a partir da complexidade dos territórios insulares e da mobilidade fluvial. Silva (2017) assevera que a educação em territórios ribeirinhos não pode ser uma cópia do modelo urbano sob pena de fracasso. Por essa razão, a identidade cultural ribeirinha deve nortear as práticas escolares (Vasconcelos; Albarado, 2015), enquanto o planejamento participativo busca garantir que o acesso ao ensino superior seja uma meta alcançável (Salazar; Fonseca, 2021).

A pesquisa acadêmica produzida na região desempenha um papel fundamental na orientação de novas diretrizes para a educação básica e superior. Vasconcelos et al. (2023) argumentam que o conhecimento gerado em contextos amazônicos possui maior eficácia na solução de problemas locais. Nesse sentido, os estudos etnográficos contribuem para desvelar as barreiras institucionais (Vasconcelos, 2017), exigindo que os retratos da realidade escolar informem diretamente as ações dos gestores públicos no Amazonas (Hage, 2005).

A gestão do ensino nas margens dos rios exige uma superação dos métodos de controle centralizados que ignoram o tempo das águas. Salazar e Fonseca (2021) defendem que a decisão coletiva é o único caminho para um planejamento que faça sentido para o docente e o discente. Portanto, a integração de saberes culturais é indispensável (Silva, 2017), servindo como contraponto à lógica de consumo e obsolescência que muitas vezes invade o espaço escolar (Lizardo; Silva; Lobo, 2021).

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NAS ÁGUAS

O ingresso da população ribeirinha na universidade é dificultado por um sistema de seleção que muitas vezes ignora as diversidades metodológicas do campo. Hage (2005) destaca que a padronização das avaliações nacionais prejudica os estudantes das escolas multisseriadas amazônicas. Diante disso, a teoria dos registros de representação semiótica pode auxiliar na mediação desse conhecimento (Da Silva; Mafra, 2023), garantindo que a realidade socioeducacional dessas juventudes seja considerada no planejamento das vagas universitárias (De Souza, 2017).

A permanência estudantil no ensino superior exige que as instituições ofereçam suporte financeiro e pedagógico adaptado à realidade dos migrantes fluviais. Vasconcelos (2017) aponta que o choque cultural e a distância da família são fatores determinantes para a evasão acadêmica. Nesse contexto, a valorização da identidade cultural ribeirinha atua como um fator de proteção (Vasconcelos; Albarado, 2015), enquanto o ensino de história regional promove o sentimento de pertença necessário ao êxito (Quintino; Quintino, 2021).

O uso de tecnologias de informação pode ser uma perspectiva viável, desde que não substitua o diálogo humano e a valorização do território. Lizardo, Silva e Lobo (2021) advertem contra a obsolescência programada que transforma a educação em uma mercadoria de consumo rápido. Por outro lado, a identidade linguística deve ser preservada no ambiente virtual (Araujo; Ali-Hokka, 2021), assegurando que a prática escolar em territórios insulares permaneça conectada com as necessidades da comunidade (Silva, 2017).

A democratização do saber nas águas depende da desconstrução de paradigmas que enxergam a Amazônia apenas como um vazio demográfico e cultural. Conforme observa Vasconcelos (2017), o estudo etnográfico revela a sofisticação dos saberes locais que a universidade deve acolher. Nesse sentido, a pesquisa em educação na Amazônia fortalece a produção científica regional (Vasconcelos et al., 2023), permitindo que a realidade socioeducacional das juventudes seja o alicerce para novas práticas acadêmicas (De Souza, 2017).

Os desafios curriculares enfrentados pelos discentes ribeirinhos envolvem a necessidade de uma linguagem matemática e científica que dialogue com sua percepção de mundo. Da Silva e Mafra (2023) asseveram que o uso de registros de representação semiótica facilita a transposição didática em contextos rurais. Por conseguinte, o planejamento de ensino deve ser participativo (Salazar; Fonseca, 2021), garantindo que a identidade cultural ribeirinha não seja suplantada por modelos de ensino puramente tecnicistas (Vasconcelos; Albarado, 2015).

A valorização do patrimônio imaterial e da história oral amazônica constitui um caminho promissor para a redução dos índices de evasão no ensino superior. Quintino e Quintino (2021) destacam que o ensino de história regional promove uma conexão vital entre o aluno e o território. Diante disso, a identidade linguística precisa ser respeitada (Araujo; Ali-Hokka, 2021), ao passo que as práticas escolares em territórios insulares devem fomentar o protagonismo social do discente (Silva, 2017).

A superação do isolamento informacional exige investimentos em conectividade que respeitem as limitações físicas e ecológicas da região das águas. Entretanto, Lizardo, Silva e Lobo (2021) alertam que a tecnologia não deve induzir a uma obsolescência da cultura tradicional em favor do consumo globalizado. Sob essa perspectiva, a formação de grupos colaborativos potencializa a rede de apoio estudantil (Vasconcelos et al., 2023), mitigando as dificuldades históricas enfrentadas pelas populações que residem em escolas multisseriadas (Hage, 2005).

A interiorização das universidades deve ser acompanhada por um projeto pedagógico que considere a sazonalidade fluvial como fator determinante da frequência escolar. Salazar e Fonseca (2021) afirmam que a decisão coletiva no planejamento escolar é fundamental para adaptar o calendário acadêmico. Assim, o estudo etnográfico das águas deve informar as políticas de acesso (Vasconcelos, 2017), assegurando que a realidade socioeducacional da juventude ribeirinha seja devidamente respeitada pelas instituições (De Souza, 2017).

A integração dos saberes tradicionais ao ambiente acadêmico promove uma ciência mais humana e comprometida com a sustentabilidade dos povos da floresta. Silva (2017) ressalta que a educação ribeirinha é um ato de resistência cultural e preservação ecossistêmica. Por essa razão, a identidade cultural deve permear todas as etapas do

ensino (Vasconcelos; Albarado, 2015), enquanto o ensino de história regional atua como mediador entre a memória local e o conhecimento universal (Quintino; Quintino, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre o acesso ao ensino superior pelos povos ribeirinhos do Amazonas revelou que a distância física é apenas a face mais visível de um sistema de exclusão estrutural. Ao analisar a realidade das águas, percebe-se que as instituições acadêmicas ainda operam sob uma lógica urbana que ignora a complexidade da vida fluvial. O objetivo geral de identificar esses entraves foi plenamente atingido, evidenciando que a barreira institucional é tão rígida quanto a geográfica.

A análise crítica dos objetivos específicos permitiu compreender que a identidade cultural do estudante das águas é frequentemente silenciada no ambiente universitário. Não basta garantir a vaga se o currículo não dialoga com o território de origem do discente. Observou-se que a falta de políticas de permanência que considerem a sazonalidade dos rios inviabiliza o êxito acadêmico, transformando o sonho da graduação em um percurso de resistência solitária e muitas vezes insustentável.

No que tange ao planejamento educacional, o estudo demonstrou que a centralização das decisões administrativas impede a criação de calendários flexíveis. A crítica que se estabelece é a de que o Estado ainda enxerga a Amazônia como uma extensão homogênea, falhando em adaptar metodologias para contextos insulares. Essa padronização pedagógica acaba por reforçar as desigualdades regionais, pois exige que o estudante ribeirinho se molde a um sistema que não foi pensado para sua realidade.

Frente aos desafios examinados, fica evidente que a democratização do ensino superior no Amazonas demanda mais do que a simples interiorização de campi. É necessário um projeto de universidade que seja verdadeiramente itinerante e dialógico, capaz de integrar os saberes tradicionais ao rigor científico. A hipótese levantada inicialmente confirmou-se: a exclusão não é um acidente geográfico, mas o resultado de uma ausência de planejamento que valorize a epistemologia das populações ribeirinhas.

Apesar dos avanços teóricos apresentados neste artigo, identificam-se lacunas significativas que precisam ser preenchidas por investigações futuras. Uma das principais

necessidades é a realização de estudos quantitativos sobre o impacto direto das cotas regionais na taxa de conclusão de curso para estudantes de comunidades remotas. Além disso, urge pesquisar como as novas tecnologias de ensino remoto podem ser aplicadas sem ferir a integridade cultural e sem aprofundar a obsolescência de práticas tradicionais.

Outra linha de pesquisa promissora reside na análise das metodologias de ensino de história que utilizam a memória oral como fonte primária em ambiente acadêmico. Compreender como esses estudantes ressignificam o conhecimento histórico a partir de suas vivências nas margens dos rios pode abrir caminhos para currículos mais humanos. O debate acadêmico deve evoluir para formas de inclusão que não exijam o abandono da identidade em troca do diploma universitário, promovendo uma ciência integrada ao bioma.

A contribuição deste trabalho para a Licenciatura em História reside no fortalecimento da discussão sobre a função social da universidade em territórios periféricos. Espera-se que as reflexões aqui tecidas sirvam de subsídio para gestores públicos na elaboração de políticas de acesso mais equitativas. A educação superior deve ser um direito exercido no território, e não um motivo de exílio forçado para as juventudes que guardam as águas e a história do estado do Amazonas.

Portanto, frente ao exposto, conclui-se que o acesso ao ensino superior pela população ribeirinha do Amazonas depende de uma reestruturação profunda nas políticas de permanência e no reconhecimento dos saberes locais. A superação dos obstáculos educacionais exige que as universidades abandonem a visão eurocêntrica e assumam sua vocação amazônica. Somente por meio de um planejamento coletivo e respeitoso será possível garantir que o conhecimento acadêmico floresça com a mesma força e diversidade que as margens dos rios.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Diana da Silva; ALI-HOKKA, Tuomas. A história do Brasil contada por um amazonense: identidade linguística nas aulas de história. *In*: MOURÃO, Arminda Rachel Botelho; QUINTINO, Rosimario de Aragão; QUINTINO, Fernanda Pinto de Aragão (org.). **Educação pública nas escolas da Região Amazônica**: experiências, desafios e estratégias. Iguatu: Quipá Editora, p. 102-109, 2021.

DA SILVA, Francisco Robson Alves; MAFRA, José Ricardo e Souza. Estado do conhecimento da teoria dos registros de representação semiótica: um olhar em estudos produzidos no estado do Pará. *In*: MAFRA, José Ricardo e Souza (org.). **Pesquisa em Educação na e da Amazônia**. Teresina: Alumia Editorial, p. 71-90, 2023.

DE SOUZA, Nazareth Serrat Diniz. Realidade socioeducacional: juventude ribeirinha da Casa Escola da Pesca. *In*: SOUZA, Dayana Viviany Silva de; VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej (org.). **Povos Ribeirinhos da Amazônia**: educação e pesquisa em diálogo. Curitiba: CRV, p. 259-294, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. *In*: HAGE, Salomão Antônio Mufarrej (org.). **Educação do campo na Amazônia**: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Gutemberg, p. 61-68, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LIZARDO, Bárbara Caroline Guimarães Sales; SILVA, Danilo Machado da; LOBO, Marilene Ferreira. Aprendendo com a prática: compreender a obsolescência programada pelo capitalismo a partir da exposição de produtos obsoletos. *In*:

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho; QUINTINO, Rosimario de Aragão; QUINTINO, Fernanda Pinto de Aragão (org.). **Educação pública nas escolas da Região Amazônica**: experiências, desafios e estratégias. Iguatu: Quipá Editora, p. 69-77, 2021.

QUINTINO, Rosimario de Aragão; QUINTINO, Fernanda Pinto de Aragão. O ensino de história do Amazonas nas escolas da seduc-am: um relato de experiência. *In*: MOURÃO, Arminda Rachel Botelho; QUINTINO, Rosimario de Aragão; QUINTINO, Fernanda Pinto de Aragão (org.). **Educação pública nas escolas da Região Amazônica**: experiências, desafios e estratégias. Iguatu: Quipá Editora, p. 61-68, 2021.

SALAZAR, Deuzilene Marques; FONSECA, Marlece. Planejamento do ensino como espaço da decisão coletiva. *In*: MOURÃO, Arminda Rachel Botelho; QUINTINO, Rosimario de Aragão; QUINTINO, Fernanda Pinto de Aragão (org.). **Educação pública nas escolas da Região Amazônica**: experiências, desafios e estratégias. Iguatu: Quipá Editora, p. 12-18, 2021.

SILVA, Maria da Graça. Saberes culturais e práticas escolares: ecossocioeducativos em territórios insulares. *In*: SOUZA, Dayana Viviany Silva de; VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej (org.). **Povos Ribeirinhos da Amazônia**: educação e pesquisa em diálogo. Curitiba: CRV, p. 309-322, 2017.

VASCONCELOS, Georgina Terezinha Brito de. **Educação Básica Ribeirinha**: um estudo etnográfico na região amazônica. 2017. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira; ALBARADO, Edilson da Costa. **Identidade Cultural Ribeirinha e Práticas Pedagógicas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

VASCONSELOS, Clênnya Ruth Alves; SOUSA, Poliana Fernandes Sena e; SILVA, Alessandra Neves; et al. Epistemologia da constituição de grupos colaborativos no contexto amazônico. *In*: MAFRA, José Ricardo e Souza (org.). **Pesquisa em Educação na e da Amazônia**. Teresina: Alumia Editorial, p. 13-33, 2023.

Submissão: outubro de 2025. Aceite: novembro de 2025. Publicação: fevereiro de 2026.